

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**

LUYMARA PEREIRA BEZERRA DE ALMEIDA

**PRÁTICA ALIMENTAR DE CAMPONESES
ASSENTADOS EM UM ACAMPAMENTO DO MST NO
MUNICÍPIO DE SOUSA/PB**

Cuité/PB

2016

LUYMARA PEREIRA BEZERRA DE ALMEIDA

**PRÁTICA ALIMENTAR DE CAMPONESES ASSENTADOS EM UM
ACAMPAMENTO DO MST NO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Alimentação, cultura e sociabilidades na sociedade atual.

Orientadora: Prof. Dra. Michelle Cristine Medeiros da Silva

Cuité/PB

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Msc. Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

A447p Almeida, Luymara Pereira Bezerra de.

Prática alimentar de camponeses assentados em um acampamento do MST no município de Sousa / PB. / Luymara Pereira Bezerra de Almeida. – Cuité: CES, 2016.

70 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2016.

Orientadora: Michelle Cristine Medeiros da Silva..

1. Segurança alimentar. 2. Segurança nutricional. 3.
Prática alimentar - MST. 4. Agricultura familiar. 1.
Título.

Biblioteca do CES – UFCG

CDU 641.5

LUYMARA PEREIRA BEZERRA DE ALMEIDA

PRÁTICA ALIMENTAR DE CAMPONESES ASSENTADOS EM UM
ACAMPAMENTO DO MST NO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Unidade Acadêmica
de Saúde da Universidade Federal
de Campina Grande, como
requisito obrigatório para obtenção
de título de Bacharel em Nutrição,
com linha específica em
Alimentação, Cultura e
Sociabilidades na Sociedade Atual.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dra Michelle Cristine Medeiros da Silva
Universidade Federal de Campina Grande
Orientadora

Prof. MsC. José Justino Filho
Universidade Federal de Campina Grande
1º membro

Profa. Luciana Maria Pereira de Sousa
Universidade Federal de Campina Grande
2º membro

Profa. Dra. Izayana Pereira Feitosa
Universidade Federal de Campina Grande
Suplente

Cuité
2016

**Dedico este trabalho a minha mãe,
meus familiares e amigos, que
sempre me incentivaram a fazer o
que gosto com compromisso e
amor.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar fortaleza para resistir a todas as dificuldades.

A minha mãe pela paciência, compreensão e encorajamento durante toda minha vida e, principalmente, durante os meses de construção desta pesquisa.

A minha madrinha, Tiquinha, por toda ajuda e amor ofertados.

A minha família pelo apoio.

À Glageane, pela amizade e companheirismo. Sem você não seria possível residir em Cuité e iniciar este curso.

À Amandinha, por me apresentar aos moradores do Acampamento Emiliano Zapata e tornar possível esta pesquisa.

À Kyara, por me ajudar durante a coleta de dados e aguentar o Sol do sertão comigo.

À Maria, Antônio e Rita, moradores do acampamento, que não saíram do meu lado e nunca deixaram de me ajudar e abrigar.

Aos demais entrevistados pelo tempo disponibilizado.

Aos meus amigos de Cajazeiras e Cuité: Vanessa, Evaldo, Helena, Tainá, Zezinho, Erlito, José, Whanea, Thamyrys, Maria Eugênia, Janaína, Najara, Laila, Danielle, Ana Maria, Sylvio, Valéria, Guilherme, Hyolitta, Adriano, Dioginys, Erick, Jéssica e demais não citados por todo o suporte dado e pelo companheirismo.

A minha orientadora, Michelle, por aceitar embarcar comigo nessa jornada e me guiar nesse projeto.

Aos meus professores pelo aprendizado.

Enfim, a todos que colaboraram de maneira direta ou indireta nestes anos de curso e na elaboração deste trabalho.

[...]

Madre terra nossa esperança

Onde a vida dá seus frutos

O teu filho vem cantar

Ser e ter o sonho por inteiro

Ser sem-terra, ser guerreiro

Com a missão de semear

À terra, terra

Pedro Munhoz

RESUMO

ALMEIDA, L.P.B. **Prática Alimentar de Camponeses Assentados em um Acampamento do MST no Município de Sousa/PB**. 2016. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2016.

As escolhas e práticas alimentares estão diretamente ligadas ao meio social em que a população está inserida. Sendo assim, todo indivíduo tem direito a uma alimentação adequada e em quantidade suficiente, sem interferir em sua cultura, garantindo sua segurança alimentar e nutricional. A agricultura familiar, além de ser geradora de renda, é uma ferramenta utilizada para assegurar que os habitantes da zona rural não sofram de insegurança alimentar. Portanto, neste estudo, objetivou-se conhecer as práticas alimentares dos agricultores assentados em um acampamento do MST no município de Sousa – PB. Foram acompanhadas trinta e cinco famílias moradoras fixas do acampamento, através de entrevistas semi-dirigidas. As entrevistas foram gravadas, transcritas em sua íntegra e analisadas. Constatou-se que os alimentos mais consumidos pelos camponeses são aqueles provenientes da cesta básica (arroz, feijão, cuscuz, farinha), sendo apenas o feijão proveniente do cultivo local. As pequenas plantações advindas dos quintais das famílias, com presença de algumas frutas, legumes e verduras, não conseguem garantir uma alimentação variada. A agricultura é apenas de subsistência. Há grande participação de alimentos industrializados na dieta como, por exemplo, embutidos. As refeições acontecem em família, embora não haja um lugar disponível para o consumo na residência. O principal festejo ligado à alimentação e agricultura é o junino. Os camponeses têm uma boa compreensão do que seja alimentação saudável, todavia apontam a quantidade de alimentos a que tem acesso como um fator limitante em seu caso. Percebe-se aí um caso de violação do DHAA, sendo a insegurança alimentar e nutricional no acampamento considerada como moderada. A demora na doação das terras, a falta de água, a baixa renda das famílias, a falta de acesso aos serviços básicos de saúde e aos programas governamentais estão entre os principais fatores limitantes da SAN. A negociação governamental para transferência do direito à terra aos agricultores deve ser realizada imediatamente com o fim de garantir o DHAA dessas famílias.

Palavras-chaves: Prática alimentar. MST. Segurança alimentar e nutricional. Agricultura familiar.

RESUMEN

ALMEIDA, L.P.B. **Las Prácticas de Alimentación de los Agricultores Colonos en un Acampamento del MST en el Municipio de Sousa/PB.** 2016. 69f. Trabajo de Finalización del Curso (Graduación en Nutrición) - Universidad Federal de Campina Grande, Cuité, 2016.

Las opciones y los hábitos alimenticios están directamente vinculados con el entorno social en el que se encuentra la población. Por lo tanto, cada individuo tiene el derecho a una alimentación adecuada en cantidad suficiente, sin interferir con su cultura, garantizando su seguridad alimentaria. La agricultura familiar, además de generadora de ingresos, es una herramienta que se utiliza para garantizar que la población rural no sufra de inseguridad alimentaria. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo conocer las prácticas alimenticias de los agricultores que se establecieron en un campamento del MST en el municipio de Sousa - PB. Treinta y cinco familias residentes fueron acompañadas a través de entrevistas semi-dirigidas. Las entrevistas fueron grabadas, transcritas y analizadas. Se encontró que los alimentos consumidos por los agricultores son los alimentos básicos (arroz, frijoles, harina de maíz, harina de yuca), apenas los frijoles son de la agricultura local. Las pequeñas plantaciones que surgen de los patios traseros de las familias, con la presencia de algunas frutas y verduras, no pueden garantizar una dieta variada. La agricultura es de subsistencia solamente. Hay una gran participación de los alimentos procesados en la dieta, por ejemplo, los embutidos. Las comidas tienen lugar en la familia, el núcleo de la gestión y la producción agrícola, aunque no hay un lugar disponible para el consumo en la residencia. La fiesta principal es la junino, que se liga a la alimentación. Los campesinos tienen una buena comprensión de lo que es saludable, pero apuntan la cantidad de alimentos a que tiene acceso a un factor limitante en su caso. Se puede ver aquí un caso de violación del derecho a la alimentación. La inseguridad alimentaria y la nutrición es considerada moderada. El retraso en el contrato de donación de la tierra, la falta de agua, los bajos ingresos, la falta de acceso a los servicios básicos de salud y a los programas de gobierno se encuentran entre los principales factores que afectan a la SAN. La negociación del gobierno para la transferencia de derechos sobre la tierra a los agricultores debe realizarse inmediatamente con el fin de garantizar el derecho a la alimentación de estas familias.

Palabras clave: prácticas de alimentación. MST. Seguridad alimentaria y nutricional. Agricultura familiar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – A vida embaixo da lona preta.....	15
Fotografia 2 – Marcha das famílias acampadas em Altinho contra a violência do latifúndio e omissão dos órgãos públicos.....	18
Fotografia 3 e 4 – Violência sem fim contra os sem- terra.....	19
Fotografia 5 – A história da luta pela terra e o MST.....	20
Fotografia 6 – A história da luta pela terra e o MST.....	22
Imagem 1 – Base da alimentação dos acampados (baião ou arroz com feijão).....	33
Imagem 2 – Venda de Damião, um dos agricultores do acampamento.....	33
Imagem 3 – Agricultora mostrando sua plantação de banana.....	34
Imagem 4 – Plantação de cana de açúcar.....	34
Imagem 5 – Plantação de banana, cana de açúcar e milho no quintal de uma das famílias acampadas.....	35
Imagem 6 – Água chegando na casa de uma das famílias do acampamento.....	36
Imagem 7 – Baião sendo preparado na casa de uma família acampada.....	37
Imagem 8 – Café da manhã ou "merenda" (como é chamada pelos moradores) de uma família acampada.....	38
Imagem 9 – Criação de caprinos e ovinos.....	39
Imagem 10 – Criação de bovinos.....	40
Imagem 11 – Criação de galinhas.....	40
Imagem 12 – Criação de capotes.....	40
Imagem 13 – Agricultora preparando carne frita no óleo.....	42
Imagem 14 – Fogão improvisado à lenha.....	42
Imagem 15 – Agricultora preparando frango.....	42
Imagem 16 – Cozinha onde família costuma se reunir para realizar as refeições.....	43

Imagem 17 – Cozinha improvisada de uma família acampada.....	44
Imagem 18 – Acerolas cultivadas no quintal para autoconsumo.....	46
Imagem 19 – Maracujá cultivado para autoconsumo.....	47
Imagem 20 – Pequena horta de coentro e cebolinha para autoconsumo.....	47
Imagem 21 – Barraca de uma família, ao lado da BR 230, destinada a venda de seus produtos (coco, cana de açúcar, banana, melancia).....	47

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis

DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

FAO - Food and Agriculture Organization

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC2 – Programa de Aceleração do Crescimento

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OBJETIVOS	14
2.1. OBJETIVO GERAL	14
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
3 REVISÃO DA LITERATURA.....	15
3.1 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	15
3.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	20
3.3 FATORES QUE INTERFEREM NA ALIMENTAÇÃO.....	23
3.4 ESTUDOS ETNOGRÁFICOS	27
4 METODOLOGIA	29
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	29
4.2 CARACTERIZAÇÃO INICIAL DO CAMPO.....	30
4.3 QUESTÕES ÉTICAS.....	31
4.4 TRABALHO COM OS DADOS	31
4.4.1 Dados verbais.....	31
4.4.2 Dados visuais	32
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
5.1 O QUE SE COME NO ACAMPAMENTO?	33
5.2 QUANDO, ONDE, COM QUEM COMEM?	42
5.3 O QUE OS CAMPONESES PENSAM DO QUE COMEM?.....	49
5.4 SAN NO ACAMPAMENTO: UMA REFLEXÃO FINAL	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS	61
APÊNDICE	67

1 INTRODUÇÃO

Na história humana, as escolhas e práticas alimentares tornaram-se tema cada vez mais importantes no que abrange o estudo do ser humano e como este é influenciado pelo espaço em que vive, destacando também a evolução e modificação das diversas maneiras que envolvem o ato de comer (CONTRERAS; GRACIA, 2011). Contemporaneamente, nestes estudos, encontramos uma lacuna no que tange aos estudos que tratem da qualidade da alimentação de agricultores familiares, sobretudo aqueles que sofrem com a escassez de terras para o plantio, os também chamados Sem Terra (SALAMI, 2009).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma organização social, fundada na década de setenta por agricultores insatisfeitos com a desigualdade social no país, que tem como principal objetivo a conquista do direito à terra. Este direito pode ser assegurado através da Reforma Agrária – com a distribuição justa das terras entre latifundiários e agricultores –, garantindo assim a soberania alimentar desta camada da população utilizando-se de princípios agroecológicos (CALDART, 2001).

Um fator culminante na vida dos camponeses assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é a frequente situação de insegurança alimentar e nutricional, que se estabelece a partir da falta de acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, desrespeitando o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conforme previsto em diversos tratados, documentos internacionais e nacionais vigentes em nosso país, assim como na Constituição de 1988 (FERNANDES; DUARTE, [2007?]).

De acordo com Salami (2009) cerca de 41,6% das crianças da zona rural são desnutridas enquanto na zona urbana o número é bem menor, 25,7%. Além disso, existem famílias que, apesar da horta, adquirem itens alimentares nos supermercados da região. O resultado é uma alimentação monótona, rica em produtos industrializados inseridas em um processo de

dependência do mercado, que acaba culminando em quadros de insegurança alimentar e nutricional (CARNEIRO et al., 2008).

É importante a abordagem desse aspecto, pois muito pouco se sabe sobre a alimentação desses camponeses. O presente trabalho buscou preencher esta lacuna ao caracterizar as práticas alimentares dos agricultores assentados no acampamento Emiliano Zapata, do MST, no município de Sousa – PB. Espera-se que com isso muitos profissionais de saúde possam criar estratégias para evoluir em relação à problemática de segurança alimentar e nutricional no país, sobretudo junto a este grupo que frequentemente é alvo de situações de violação de direitos.

2 OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Caracterizar as práticas alimentares dos agricultores assentados no Acampamento Emiliano Zapata do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de Sousa – PB.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Observar quais são os alimentos mais consumidos pelas famílias assentadas e seus modos de obtenção;

Descrever outros elementos que conformam as práticas alimentares dos assentados: tipo de preparações, partilha, comida e festejos;

Conhecer a percepção que os assentados têm sobre sua própria alimentação;

Conhecer fatores que possam colocar em risco a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias assentadas.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA



Fotografia 1: A vida embaixo da lona preta. Fonte: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2010.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais conhecido como MST ou Movimento dos Sem Terra, é um movimento social camponês que foi instituído no final da década de 70 e, formalmente, idealizado no Primeiro Encontro de Trabalhadores Sem Terra, em 1984, na cidade de Cascavel – Paraná, por trabalhadores rurais que ansiavam lutar pela Reforma Agrária, pelo direito de produzir seus alimentos e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (CALDART, 2001).

Esses trabalhadores foram expulsos de suas terras por um projeto dirigido pela ditadura militar que infringia os direitos e a liberdade de toda a sociedade, levado por falsos pretextos, como a modernização, para a utilização massiva de agrotóxicos e a mecanização dos serviços, sendo

esses exclusivos ao latifúndio. Assim, a luta e o surgimento do movimento abrangem diversos fatores:

[...] A semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. Como imaginar o Movimento Sem Terra hoje, sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males. Ou da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos? Da indignação organizada de Contestado? Como imaginar nosso movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra - Master. Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores de suas lutas (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009).

Um dos principais objetivos do MST é a luta pela Reforma Agrária – reorganização da estrutura fundiária para redistribuição justa das propriedades rurais. É uma luta não apenas pelo benefício dos camponeses, mas também é uma forma de melhorar a vida urbana, diminuindo o número de migrações para os grandes centros e viabilizando alimentos saudáveis e acessíveis aos trabalhadores (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009).

A priori, o movimento era concentrado na região Centro-Oeste, Sul e Sudeste, mas logo expandiu-se pelo resto do país e em 2001 já estava organizado em 22 estados e hoje em 24 estados. Nos anos 2000, já registrava cerca de 250 mil famílias assentadas e 70 mil famílias acampadas, números pequenos se comparados à quantidade de famílias sem terra no país (4,5 milhões), mas, significativos no que diz respeito à questão agrária, o direito à terra e à moradia. Um dos resultados positivos dessa pequena conquista é o fato de que mais de 100 mil crianças e adolescentes já têm acesso à educação nas escolas fundadas nas áreas dos assentamentos e acampamentos (CALDART, 2001).¹

¹ Um **acampamento** se estabelece quando um grupo de trabalhadores se organiza para ocupar alguma terra. Quando há o estabelecimento no território e é feita a divisão da terra, tem-se o assentamento. Basicamente, o **assentamento** rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.

O Brasil é um dos países que possuem maior riqueza em terras (cerca de 850,2 milhões de hectares), porém essas sofrem grande concentração. Isso, conseqüentemente, ocasiona para os trabalhadores da terra: pobreza no campo, falta de empregos, superexploração do trabalho, além de desrespeito dos direitos sociais e trabalhistas dos mesmos. Outro fato decorrente desse monopólio de terras é o êxodo rural, que acaba agravando os problemas sociais urbanos (SILVA, 2001).

De acordo com os dados do censo agropecuário de 2006 do IBGE, a concentração de terras continua a mesma nos últimos vinte anos. O governo não conseguiu controlar a posse de terras pelos latifundiários, ou não houve esforço para que este controle fosse realizado. Os latifundiários que possuem mais de 2 mil hectares são poucos fazendeiros e esses detêm cerca de 98 milhões de hectares. Os imóveis cadastrados no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) são de aproximadamente 420,4 milhões de hectares. Devido à extensão das áreas, ocorrem vários problemas nos registros das terras, falta de regularização e diversas propriedades com títulos desconhecidos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006).

A renda das famílias acampadas é dada pelo que se colhe da terra. Diferindo daqueles que fazem da terra uma espécie de patrimônio, em que seu fim é apenas imobiliário ou produzem apenas para exportação. É da terra que esses camponeses retiram todo o sustento da família (LOERA, 2004).

Muitas famílias unem-se ao movimento dos sem terra porque acabam vendo, na organização, uma forma de conquista da terra, uma melhoria no estilo de vida, por meio de seu espaço para produzir e trabalhar, educar a si e a suas crianças, assegurar a saúde de sua família, além de encontrar indivíduos que entendem como é difícil a luta pelos seus direitos e sustento, ou seja, anseiam assegurar sua soberania alimentar. “Mesmo anos embaixo da lona preta, resistem por conta da perspectiva de

conseguir a terra, entrando em um programa de reforma agrária.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2010, p. 17).

As ocupações acontecem quando se encontram terras abandonadas e improdutivas em que os trabalhadores possam instalar-se para viver e plantar. Este instrumento é o mais eficaz na desapropriação de terras e na construção da reforma agrária. Durante as ocupações, os camponeses, muitas vezes, encontram a resistência dos governos estatais e dos fazendeiros que têm uma visão formada sobre a questão agrária – esquecendo que a terra é um direito inalienável de acordo com a Constituição de 1988 – e da posse de terras. Nos estados do Pará, Paraná e Pernambuco, os fazendeiros usam da violência para deslegitimar a ocupação das terras pelos camponeses do movimento, organizando grupos armados para expulsão dos agricultores, como aconteceu em Agrestina – PE. Vários agricultores do movimento sofreram agressões físicas e psicológicas depois que ocuparam a fazenda Serro Azul, em abril de 2011. Foram feitas diversas denúncias ao poder público, mas nenhuma medida foi tomada pelas autoridades para que os trabalhadores fossem protegidos (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2012).



Fotografia 2: Marcha das famílias acampadas em Altinho contra a violência do latifúndio e omissão dos órgãos públicos. Fonte: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2012.

A mídia, muitas vezes, deslegitima o movimento dos sem terra afirmando que as ocupações ocorrem de forma ilegal. Porém, uma das bases na criação do movimento foi a fundamentação e busca pelos direitos instituídos na Constituição de 1988, que determina que a propriedade deve

atender sua função social. Esse princípio determinado na Constituição Federal remonta ao conceito de propriedade instituído por Platão. Ele afirmou que a propriedade deveria ser um bem comum entre os cidadãos, em que todos pudessem desfrutá-lo, sem as barreiras impostas pelos grandes proprietários das terras, governo e latifúndios (PLATÃO, 2004).



Fotografias 3 e 4: Violência sem fim contra os sem-terra. Fonte: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2010.

Os assentamentos procuram não apenas buscar os direitos sociais de seus camponeses (moradia, efetivação do trabalho no plantio, educação e saúde), mas também visam a melhoria no atendimento da população das cidades em que se instalam. A ideia é que a produção dos assentamentos abastece a cidade de alimentos e, ao mesmo tempo, gerasse renda para as famílias assentadas (VEIGA, 1996). Setenta por cento do que é produzido pela agricultura familiar é consumido pela população brasileira, enquanto apenas 30% vêm dos latifúndios, já que sua produção é mais voltada para exportação. Além da produção de alimentos, a geração de renda e de emprego é bem maior nas pequenas propriedades do que no agronegócio, devido a mecanização dos serviços e uso excessivo de agrotóxicos (TRICHES, 2010).

A proposta agroecológica do movimento é outro ponto a se destacar, em que se busca a utilização sustentável da terra para produção dos seus alimentos. O consumo dos recursos naturais pelos princípios agroecológicos vai além do uso indiscriminado da terra. Belo (2009, pág. 9) afirma que “a agroecologia busca a integração entre os diversos elementos

que existem na natureza: o solo, as plantas, os animais, a água, o homem e a cultura local”. Além de serem levados em consideração os aspectos sociais, políticos, éticos e culturais, a agroecologia também visa o planejamento da produção para diversificar o consumo dos alimentos produzidos para as famílias e o mercado, incentivando a segurança alimentar e nutricional desta população.

Apesar da geração de emprego e renda, ainda há precariedade no estilo de vida das famílias assentadas. Muitas famílias não possuem casa definitiva, água potável, eletricidade, atendimento básico de saúde, além de várias crianças não terem acesso às escolas com periodicidade. O movimento valoriza todos esses fatores, pois busca os direitos do cidadão, e que esse possa ter uma convivência social, cultural e econômica sadia. Para isso, são designados coordenadores em cada acampamento e assentamento na garantia da organização destes (SILVA; CEREDA, 2014).

3.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



Fotografia 5: A história da luta pela terra e o MST. Fonte: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2010.

A precariedade das casas nos acampamentos e assentamentos, a escassez da lavoura e de condições para o plantio, acaba gerando situações de insegurança alimentar para estes camponeses (SALAMI, 2009).

Para analisar o contexto em que a insegurança alimentar é ocasionada, deve-se entender o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p.4).

Para entender melhor o conceito da Segurança Alimentar e Nutricional foram desenvolvidas dimensões e indicadores que contribuíssem na identificação desta: produtividade e disponibilidade dos alimentos, renda e dispêndio com a alimentação, acesso a alimentos de qualidade e aos serviços de saúde, e programas relacionados a SAN.

A produção e a disponibilidade dos alimentos são questões de debate na constituição das políticas da SAN, pois estão relacionadas com o método de obtenção dos alimentos necessários para manutenção da saúde. Estes fatores podem ser comprometidos para os agricultores familiares devido a competição com o agronegócio pela terra, em que estes detêm a maior parte, impedindo que esta minoria consiga produzir seus alimentos. Se a produção for comprometida, afeta-se diretamente o acesso aos alimentos – ferindo o direito humano a uma alimentação adequada – e a geração de renda deste público. Com a renda prejudicada, o gasto com a alimentação tende a diminuir, causando insegurança alimentar (CORREA, 2007). Além disso, dificulta-se a proposta de soberania alimentar, que visa assegurar não só o acesso e disponibilidade de alimentos, mas também “o direito à terra, território, à água e à possibilidade de decidir o que, como, quanto e para onde produzir” (CONSEA, 2014).

A SAN é indispensável na vida de qualquer indivíduo, principalmente para os agricultores, garantindo a permanência, qualidade de vida e saúde nos acampamentos e assentamentos. Portanto, é importante que o acesso aos alimentos seja assegurado e a agricultura familiar seja estimulada, pois, assim, os camponeses podem produzir tanto para o autoconsumo como para gerarem renda para si. Além disso, os agricultores que produzem alimentos por meio da agricultura familiar, possuem princípios agroecológicos que visam à fabricação de alimentos com alto valor nutricional e livres de componentes químicos (FERNANDES; DUARTE, [2007?]).

Os fatores mais relatados pelos agricultores sem terra que podem atuar, diretamente, na produção e no acesso dos alimentos são: solo infértil, clima, práticas agronômicas inadequadas, falta de água, falta de sementes e de material para o plantio, além de pouca variedade de sementes. Isso acaba ocasionando uma fraca produção e pode desencadear situações de insegurança alimentar (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2012).

Nota-se que a carência de informações sobre o consumo adequado de alimentos é um fator determinante no desencadeamento da insegurança alimentar, por isso, é fundamental que os agricultores entendam como a nutrição é importante no desenvolvimento do corpo, desempenho das atividades no campo e mentais, além da promoção da saúde (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2003). Além disso, o mais importante, é que esses agricultores tenham meios coletivos, sobretudo via políticas públicas, de produzir sua própria SAN, enfim, sua saúde.

Além de tratar sobre a segurança alimentar, é importante ressaltar que todo ser humano tem o direito de ter uma alimentação adequada, de qualidade e em quantidade suficiente, pois esse é um direito universal de todo cidadão instaurado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Lei nº 11.346 de 2006. Esse direito não deve ferir a diversidade cultural de cada povo, mas sim garantir a promoção da SAN, livrando-lhes da vulnerabilidade social e dando-lhes dignidade. Sem uma alimentação

adequada, em quantidade e qualidade, o direito à vida não existe e, conseqüentemente, nenhum dos demais direitos é concedido. Por isso, o governo tem a obrigação de oferecer investimentos para a agricultura familiar, reforma agrária e respeitar os direitos dos cidadãos (BRASIL, 2006).

Todavia, o que ocorre de fato é a disseminação da desigualdade social: enquanto os latifundiários possuem a maior parte das terras e do lucro, os camponeses sofrem repressões violentas, passam fome e não conseguem uma renda fixa para sustentar suas famílias. Portanto, enquanto houver desigualdade, não poderá existir SAN para essa população de assentados (BURITY, 2010).

Maniglia (2009) afirma que o direito à terra é um direito humano, pois esta fornece o alimento necessário para a sobrevivência e, com ele, a fome pode ser erradicada. Sendo assim, a propriedade rural deve estar à serviço dos direitos humanos e do combate à fome e desigualdade social.

3.3 FATORES QUE INTERFEREM NA ALIMENTAÇÃO



Fotografia 6: A história da luta pela terra e o MST. Fonte: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2010.

De acordo com o que foi dito anteriormente, percebe-se que o ato de alimentar-se está ligado a diversos fatores. O ato de comer está socialmente determinado pela forma que preparamos a comida, quando a comemos, com quem comemos, o que usamos no preparo, o ambiente em que comemos, ou seja, tudo que está ao nosso redor: a sociedade em que vivemos irá influenciar e determinar a forma que nos alimentamos (ALESSI, 2006).

O espaço social se insere no ato de alimentar-se e, também, está relacionado com dois fatores que envolvem diretamente a alimentação do ser humano: o fator biológico e o ecológico. Dentro do *espaço social alimentar* podem ser destacados alguns aspectos, sendo estes: o espaço do comestível, o sistema alimentar, o espaço culinário, o espaço dos hábitos de consumo, a temporalidade e o espaço de diferenciação social (POULAIN; PROENÇA, 2003, grifo nosso).

Sabe-se que existem diversos tipos de matérias que são consideradas comestíveis, fornecidas pela natureza, e que diferem entre si, sendo a escolha desses alimentos feita pelo grupo de indivíduos de acordo com a sua disposição na natureza, definindo-se como espaço do comestível. Não é o comestível apenas aquilo que o é biologicamente, mas, sobretudo, culturalmente (FISCHLER, 1995).

O sistema alimentar caracteriza os meios empregados, desde o cultivo até o preparo, para que o alimento chegue até o consumidor, realizando essas etapas de acordo com as necessidades do grupo que será servido e seus anseios sociais.

Na cozinha (ou em qualquer espaço que ocorra o manuseio de alimentos), o espaço do culinário, realizam-se as etapas de operacionalização dos alimentos, nas quais, o produto bruto é convertido em produto comestível e ganha sua identidade alimentar. Esse espaço também remete a um espaço geográfico e social de operacionalização dos alimentos. E, remete-se, sobretudo, a um espaço de transformação da natureza em cultura (LÉVI-STRAUSS, 2006).

Além disso, cada indivíduo possui um costume distinto, de acordo com sua cultura, quando alimenta-se, seja isto na forma como se alimenta, no número de refeições, nos horários, no contexto social, na forma e local de consumo, dando lugar ao espaço dos hábitos de consumo.

O ato de alimentar-se também está associado à temporalidade de cada indivíduo, ou seja, a sua faixa etária (lactente, criança, adolescente, adulto e idoso), pois em cada etapa da vida exige-se um estilo alimentar que é influenciado pelo meio em que o indivíduo está inserido e suas necessidades fisiológicas.

Assim como existe a temporalidade, também existe o espaço de diferenciação social que define cada grupo por suas preferências alimentares, no qual, um grupo ou um indivíduo de um determinado contexto social pode singularizar-se pelo consumo de certos alimentos, sobretudo os raros e caros, enquanto outros não (POULAIN; PROENÇA, 2003).

Além da sociedade intervir na maneira que o indivíduo alimenta-se, as características demográficas e estilo de vida também estão associadas ao consumo alimentar. Sabe-se que, ao longo dos tempos, o ser humano aperfeiçoou técnicas para garantir a produção de alimentos necessários a sua sobrevivência e reprodução. A conduta alimentar brasileira, na sociedade hodierna, está diretamente associada ao modelo econômico do capitalismo. Através deste modelo de desenvolvimento está caracterizado o favorecimento da produção de alimentos para a exportação e consumo de alimentos com alto valor energético (MONTEIRO et al., 2005).

A globalização também trouxe mudanças no comportamento alimentar da sociedade, pois ocorreram diversas mudanças sociais e econômicas que interviram no modelo alimentar, através da indústria de alimentos, provocando, de um lado, a perda da diversidade cultural e alimentar e, de outro, a diversificação da oferta de alimentos industrializados. Na zona urbana, elevou-se o consumo de alimentos industrializados, de diversas regiões, com altos níveis de agrotóxicos e geneticamente modificados. Já na zona rural, a mudança foi mais tardia. Os

agroecossistemas foram destruídos com o uso exacerbado de produtos químicos, contaminando o solo e a água, induzindo assim a exclusão e migração do campo para a cidade (SALAMI, 2009).

A maioria dos agravos de saúde em nutrição estão relacionados com o excesso ou a carência de nutrientes consumidos. Desta forma, a conduta alimentar desempenha papel de destaque na prevenção e tratamento de doenças. No caso dos camponeses, se o ambiente é desfavorável na construção de uma prática alimentar adequada, isso poderá desencadear condições que levem a distúrbios alimentares e de difícil tratamento (ROSSI; MOREIRA; RAUEN, 2008).

Segundo BRASIL, Ministério da Saúde (2012, p. 67), entende-se por alimentação adequada e saudável:

a prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Ou seja, deve estar em acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais; referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade; baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos.

Para caracterizar o comportamento alimentar de agricultores, é relevante que entenda-se como ocorreram as mudanças no sistema agrícola e econômico do país. Tradicionalmente, os recursos costumavam ser bem mantidos devidos às técnicas de rotação de culturas, diversidade de plantio, respeito à sazonalidade dos produtos, etc. Na década de 60, esse modelo foi erradicado e a agricultura baseou-se no aumento da produção e da produtividade agropecuária para que a fome mundial fosse disseminada, foi a chamada Revolução Verde, uma verdadeira apropriação capitalista (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Para que esse modelo funcionasse, adotou-se o uso de agrotóxicos, produtos geneticamente modificados, mecanização dos serviços, confinamento de animais e a vinculação dessas medidas com o crédito bancário. Em consequência disso, ocorreu uma reorganização do espaço

rural, determinando o aumento da produção em larga escala e da monocultura, definindo o comprometimento da produção agrícola familiar e reduzindo a diversidade de produtos cultivados, potencialmente danosos à alimentação saudável de qualquer espécie. A partir daí, a agricultura familiar perdeu seu valor histórico e cultural, deixando de ser vista por suas tradições e sim como produtores agrícolas ineficientes (SALAMI, 2009).

3.4 ESTUDOS ETNOGRÁFICOS

Para realizar esta pesquisa de campo, deve-se compreender como desenvolver uma pesquisa qualitativa pelo método etnográfico.

A palavra etnografia vem do grego *etno*, tipo em particular, e *grafia*, escrever sobre. Ou seja, escrever sobre um grupo em particular. “Etnografia é a especialidade da antropologia que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião e manifestações materiais de suas atividades.” (MATTOS, 2001, p.3)

Magnani (2009, p. 4), definiu a pesquisa etnográfica como:

[...] um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc.

A etnografia é um método de pesquisa antropológica, vista na década de 70 como uma forma privilegiada de entender as mudanças que ocorriam na sociedade, sendo estas mudanças sociais, políticas e culturais. Caracteriza-se por ser um método conduzido pelo discernimento crítico do pesquisador. Dessa forma, a etnografia não segue padrões rígidos em suas técnicas de pesquisa ou padrões pré-determinados: prevê-se um plano inicial (por meio das questões propostas pelo investigador), mas o desenrolar da pesquisa acontece de acordo com o contexto social em que o observador irá se inserir. Outra característica da etnografia é a preocupação com as peculiaridades do grupo em que a pesquisa será

aplicada, analisando sua cultura de forma ampla e complacente (MATTOS, 2001).

Bronislaw Malinowski, também conhecido como o pai da etnografia, inovou sua pesquisa quando se inseriu em um grupo de pessoas que pertenciam a uma cultura não-ocidental. Passou a entendê-los a partir da observação de seu modo de vida, as particularidades de sua cultura, descartando assim a concepção que se tinha, na época, de que outros costumes não possuiriam significação e coerência. O antropólogo baseou seu método no funcionalismo, uma das correntes da antropologia que busca estudar uma determinada sociedade sem compará-la a outras que possam parecer estar mais evoluídas. O funcionalismo preocupa-se com a cultura em estudo para entendê-la como um todo, com suas próprias relações e costumes (MALINOWSKI, 1984; FARACO JÚNIOR, [20--?])

Estudos etnográficos também são conhecidos como observação participante, pesquisa social, hermenêutica, interpretativa e analítica. Descreve o estudo através da observação direta do estilo de vida, por um determinado período, de um grupo de pessoas que compõe uma unidade social específica. O objeto de estudo é o comportamento corriqueiro do grupo e seus hábitos (FLICK, 2009).

Alguns antropólogos realizaram etnografias que apontam dados interessantes sobre a alimentação do grupo estudado, como é o caso de Ruth Benedict, Audrey Richards, Margareth Mead, Mary Douglas, Claude Lévi-Strauss, dentre outros.

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE PESQUISA

Para realização da presente pesquisa foi escolhido, inicialmente, o método etnográfico que é determinado como “a especialidade da antropologia, que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, e manifestações materiais de suas atividades” (MATTOS, 2001, p.3). Magnani (2009, p.4) foi mais além e descreveu o método etnográfico como:

[...] Um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc.

Para o desenvolvimento da investigação etnográfica, o pesquisador deve aprimorar sua escuta e observação para que o trabalho consiga atingir seus fins, devendo abster-se de comparações com outras culturas, sobretudo da sua (etnocentrismo), mantendo o foco no campo em que se realiza a pesquisa. O estudo de campo deve ser elaborado no terreno junto ao objeto de estudo, caracterizando a pesquisa por meio da observação direta das práticas deste.

O método etnográfico demanda uma elaboração em etapas, sendo estas: a auto-observação, o mapeamento do campo, exploração do campo, iniciação do processo de análise, compartilhamento da escrita, inovação da pesquisa e produção de relatório final.

A auto-observação do pesquisador consiste no aperfeiçoamento da observação e da descrição dos seus sentimentos com relação ao que se está observando, ou seja, nesta etapa a escrita irá se materializar através da observação do campo. O mapeamento do campo caracteriza a estruturação do ambiente que se irá pesquisar e como esse se organiza, o que poderá ser cumprido com a execução de entrevistas para compreender o cotidiano dos indivíduos estudados e levantar suas interpretações do que ocorre nesse meio. Na exploração do campo, constrói-se uma relação de

confiança e aproximação entre o pesquisador e o objeto de estudo, utilizando-se de técnicas para a coleta e documentação de dados que irão formar o *corpus* do trabalho, a partir do qual será realizada a análise dos dados. O compartilhamento da escrita baseia-se na partilha dos dados previamente analisados com os indivíduos estudados, para que se tornem aparentes suas impressões sobre o trabalho. A inovação da pesquisa trata de evidenciar em que o estudo realizado irá influenciar no campo de atuação do pesquisador, demonstrando isso com o auxílio de outras publicações da literatura. Por fim, o relatório deve ser produzido para se reconhecer a problemática do estudo e como esse trouxe mudanças para o pesquisador (MATTOS; CASTRO, 2011).

Tendo em vista o curto espaço de tempo para produção da pesquisa e o recorrente estranhamento entre público alvo e pesquisadora, esta foi realizada com a observação participante, através de visitas esporádicas ao acampamento, no período de maio a agosto de 2015.

4.2 CARACTERIZAÇÃO INICIAL DO CAMPO

A investigação foi desenvolvida no Acampamento Emiliano Zapata, no município de Sousa, sertão Paraibano, no qual existem cerca de 220 famílias e, destas, 80 famílias fixas, mas apenas 35 entrevistadas devido à frequente mudança do local de onde se estabeleceram para os respectivos lotes. Dos entrevistados, prevaleceram as esposas ou responsáveis pelas refeições das famílias, mas, em alguns momentos, outros membros também se disponibilizaram a participar das conversas realizadas. O acampamento pode ser encontrado entre as cidades de Aparecida e Sousa, próximo à BR-230, e é formado por famílias de agricultores, arrendatários, meeiros que levavam uma vida difícil e que viram no acampamento uma forma de melhorar sua qualidade de vida. Muitos moradores possuem casas improvisadas de taipa, tijolos, lona ou qualquer objeto que possa servir de abrigo para suas famílias.

4.3 QUESTÕES ÉTICAS

Este trabalho atende a todos os princípios éticos de pesquisas que envolvem seres humanos, dispostos pelo Conselho Nacional de Saúde e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, através da Resolução n.466/2012.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro da UFCG, CAAE nº 41357015.7.0000.5182. Os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, um termo de autorização de gravação de voz e vídeo e um termo de divulgação de imagens (foto e vídeo) (vide ANEXOS). Para preservar a identidade dos agricultores entrevistados as falas foram apresentadas ao longo do texto, entre colchetes, identificadas com as letras iniciais de seus nomes.

4.4 TRABALHO COM OS DADOS

Após o trabalho inicial de reconhecimento de campo e da coleta livre de materiais que poderiam responder às questões deste estudo, procedeu-se à coleta de dados, de forma mais estruturada, que poderiam auxiliar o trabalho de análise. Essas técnicas de coleta de materiais, dados verbais e visuais, estão descritas a seguir:

4.4.1 Dados verbais

a) Coleta

Foram utilizadas entrevistas semi-dirigidas com gravador de voz. Para este fim, adotou-se o uso de seleção gradual, chamado de bola de neve (*snowball*) em que os participantes iniciais da pesquisa, escolhidos intencionalmente por sua relação com o acampamento, indicam os próximos a serem entrevistados. Como critério de finalização utilizou-se a saturação. A saturação ocorre no momento em que as falas se tornarem

redundantes e sem nenhuma novidade a acrescentar, sempre tendo como eixo balizador as questões de partida da pesquisa. Segundo Bauer e Gaskell (2007), a saturação ocorre em uma média aproximada de 15-25 entrevistas. Neste trabalho a saturação ocorreu com 35 entrevistas.

Além disso, utilizou-se o diário de campo na realização da documentação do ambiente com anotações da pesquisadora, além de pesquisa bibliográfica em dados primários, sobretudo, material do MST.

b) Análise

A análise dos dados foi realizada pela técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Após a transcrição dos dados coletados, a metodologia foi composta de três fases: pré-análise, exploração do material e interpretação dos dados. A fala dos entrevistados foi apresentada em itálico no corpo do texto.

4.4.2 Dados visuais

a) Coleta

Utilizou-se uma câmera fotográfica e filmadora. Foram feitas imagens paradas e em movimento e, dentre elas, foram selecionadas aquelas representativas para a pesquisa, obtendo assim um registro real dos acontecimentos no local. A coleta de imagens teve como critério de finalização o momento em que a pesquisadora conseguiu demonstrar as práticas alimentares e manuseio dos alimentos pelos agricultores por meio de imagens.

b) Análise

A análise foi realizada através de avaliação semiótica de imagens pelo modelo de Penn (2003), demonstrando que o sentido de uma imagem é determinado pelo sistema de signos que a compõe, pelo texto que a acompanha e pelos objetos apresentados nela. A análise foi realizada em etapas: escolha das imagens a serem analisadas, catalogação dos elementos encontrados no material e análise da significação das imagens.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 O QUE SE COME NO ACAMPAMENTO?

A alimentação dos acampados é baseada em itens que constam, quase todos (exceção do macarrão), na provisão mínima de alimentos da cesta básica, como: arroz, feijão e farinha, sendo provenientes do cultivo local, apenas o feijão. Os demais alimentos consumidos são, em sua maioria, industrializados (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS, [2009]).

A produtividade e o abastecimento alimentar do acampamento Emiliano Zapata foram comprometidos devido às situações as quais estas famílias estão submetidas: a doação das terras que ainda não foi realizada, a falta de água, a baixa renda das famílias, que leva ao pequeno quantitativo e diversidade de cultivos, causando dependência das famílias em relação aos produtos industrializados. Esse cenário agrava a situação de insegurança alimentar no que concerne ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, ferindo também seu DHAA.

Dombek (2006) afirma, em sua pesquisa realizada em assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, que houve uma modificação no comportamento alimentar do brasileiro, até nas camadas mais pobres da população, com aumento na ingestão de produtos industrializados, não só no meio urbano, mas também no meio rural. Ou seja, a população, como um todo, está alimentando-se cada vez mais de alimentos industrializados.

Na presente pesquisa, esses produtos são, em sua maioria, provenientes de mercados do Município de Sousa e acabam se tornando a principal fonte de obtenção de alimentos dos camponeses. Apesar do acampamento possuir duas *vendas*, pequenos comércios, são poucas as famílias que compram nestas, alegando que os produtos são mais caros e que não há variedade.



Imagem 1. Base da alimentação dos acampados (baião de dois – rubacão –, como é conhecido na região, ou arroz com feijão).



Imagem 2. Venda de Damião, um dos agricultores do acampamento.

Grande parte dos camponeses produzem feijão e milho, mas também existem pequenas plantações individuais de banana, cana-de-açúcar, batata inglesa, macaxeira, mamão, jerimum, melancia, entre outros: [...] Milho, feijão, batata (à vezes). A gente gosta de plantar de tudo, mas só que, às vezes, não tem condições [...] (M.R.); [...] Milho e feijão até agora, porque a gente não foi pro lote ainda, mas quando a gente for, minha pretensão é fazer uma horta; meu marido quer plantar bananeira [...] (F.M.).

O cultivo no acampamento se encontra desfavorável em razão do arrendamento das terras que ainda não foi realizado pelo INCRA. Apesar disso, os coordenadores do Movimento reuniram-se para fazer a divisão das terras: cada família com um hectare de terra – para construir uma casa

e garantir parte de seu sustento – e, assim, adiantar o processo de arrendamento. Com a mudança das famílias de suas localizações para os lotes divididos, muitas famílias perderam parte da plantação que tinham ou, até mesmo, nem chegaram a realizar plantio pelo receio de perder o que seria cultivado com a mudança de local.

De acordo com Miralha (2006), o governo não tem realizado a reforma agrária no país, mas, sim, vem implementando uma distribuição das terras sem a preocupação com o modo de vida dos assentados, se estes irão adquirir condições dignas para produção no campo e qualidade de vida.



Imagem 3. Agricultora mostrando sua plantação de banana.



Imagem 4. Plantação de cana de açúcar.



Imagem 5. Plantação de banana, cana de açúcar e milho no quintal de uma das famílias acampadas.

Outro grande problema encontrado pelos acampados na produção agrícola é a falta de água para o plantio: *[...] Nós não temos água suficiente pra nada aqui [...]* (A.S.); *[...] A bananeira a gente não plantou ainda porque não fomos pro lote e não tem água ainda pra produzir isso aí. Mas a gente ainda vai produzir a banana, o maracujá, coco... tudo que a gente quer, mas estamos esperando a água, né [...]* (F.V.); *[...] aqui a gente tem pena de gastar a água, mas se fosse água permanente, tinha de tudo [...]* (M.R.).

A água utilizada no acampamento vem de uma ligação da tubulação do Grupo Santana (fazenda que fica próxima ao acampamento, do outro lado da BR-230) e dos mananciais de superfície do Município de Coremas-PB. Não é tratada, além da tubulação ser aberta até chegar ao acampamento, correndo risco de contaminação microbiológica, física e química. Segundo Martelli ([2013?]), a água de mananciais de superfície deve passar por quatro processos (remoção de sólidos, filtração, desinfecção e fluoretação) antes de estar apta ao consumo da população. No acampamento, os camponeses realizam apenas a desinfecção - cloração da água - antes de consumi-la, o que pode acarretar doenças como as já existentes em algumas famílias (amebíase, verminoses, diarreia).



Imagem 6. Água chegando na casa de uma das famílias do acampamento.

Vale ressaltar que a aquisição das terras passa por diversos procedimentos até ser arrendada. O mais conhecido é a desapropriação. A desapropriação constitui-se de cinco etapas: o processo, que trata da classificação da terra como improdutivo; o decreto de desapropriação, que classifica a terra como de interesse social para a reforma agrária; a ação de desapropriação, em que o INCRA estabelece após depositar a indenização e apresentar os títulos de pagamento da terra; a indenização, em que o proprietário da terra é pago em Títulos da Dívida Agrária pelo Governo; e por fim, a imissão na posse que dá início ao cadastramento e seleção das famílias para criação do projeto de assentamento. De acordo com o INCRA, se não houver nenhuma pendência judicial, o processo de desapropriação leva em torno de dez meses para ser concluído.

A demora nestes procedimentos influi no modo de vida dos camponeses, pois estes estão submetidos à escassez de água – tanto para o consumo, como para o cultivo – levando as famílias à prática de consumo monótono de alimentos, diminuindo a variabilidade de nutrientes que compõem suas refeições e aumentando a ingestão de produtos industrializados obtidos nos mercados de Sousa.

O padrão alimentar deste público não pareceram diferir muito de uma família para outra, a não ser entre as famílias que tinham a renda de

menos de um salário mínimo. Estas não tinham muita variação em sua alimentação, muitas vezes, comendo apenas arroz e feijão e realizando apenas duas refeições por dia. [...] *É uma comida só, a gente só come feijão e arroz de dia e de noite [...]* (J.M.); [...] *Carne é difícil [...]* (M.A.); [...] *Mulher, eu não tenho nem o que escolher, porque todo dia é uma coisa só: feijão, arroz, carne, macarrão, essas coisas... Poderia ser melhor, mas não é. A gente não faz nem questão de ir atrás, fica acomodado só com o que tem [...]* (M.R.). O decréscimo na variedade de consumo deve-se à baixa produtividade no acampamento. A produção para autoconsumo gerada pela agricultura familiar é a maneira que as famílias utilizam para garantir a SAN para si, pois este ato, com os devidos meios favoráveis à produção (clima propício, água para plantio, terra produtiva), contribuem na construção de uma prática alimentar variada, de qualidade e em quantidade suficiente (FERNANDES; DUARTE, [2007?]).

A maioria das famílias costumam comer no jantar as sobras do almoço: [...] *no almoço, arroz, feijão, carne, macarrão e na janta também [...]* (L.S).

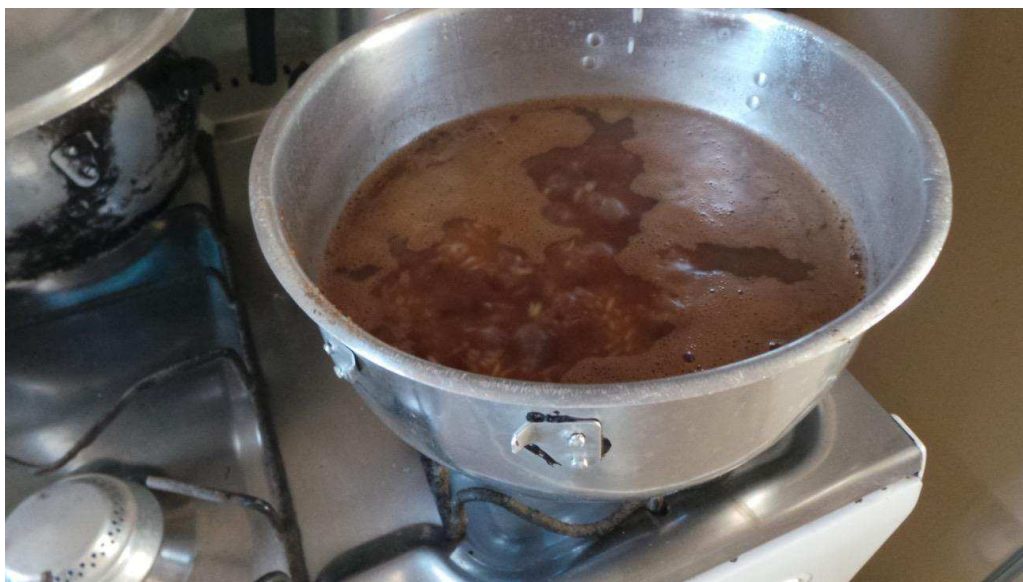


Imagem 7. Baião sendo preparado na casa de uma das famílias acampada.

Já as famílias que tomam café da manhã, este é composto por pães, bolachas, café, cuscuz e leite: [...] *o costume da gente na merenda é*

pão, cuscuz [...] (F.A.); [...] De manhã a gente come um pão, bolacha, café com leite [...] (G.F.).



Imagem 8. Café da manhã ou "merenda" (como é chamada pelos moradores) de uma família acampada.

A vontade de semear e viver da colheita é notória dentre os agricultores do acampamento. Quando questionados sobre os gêneros alimentícios que não podiam obter devido à sua renda, muitos se emocionaram e ressaltaram o desejo de melhorar de vida: *[...] Tem tanta coisa que o cabra quer comprar e não pode, a macaxeira, o limão, batatinha, cenoura, é tanta coisa... A gente vive do jeito que Deus quiser, quando puder comprar, compra, quando não, come arroz feijão e sal [...] (G.L.); [...] Ah! Tem muitas coisas que a gente sente vontade, mas não tem. Por exemplo, um dia de domingo, juntar a família e fazer uma festinha, ter de tudo, mas não tem. Eu acho que a gente tem que lutar pra quando tiver mais na frente conseguir [...] (C.M.).*

Ramos apud Diez Garcia (2007) afirma existir um desejo de melhoria de vida da população do campo, através da adoção de modos de vida urbanos, ou seja, um processo de "industrialização" da prática alimentar. Acreditam que a utilização de alimentos industrializados irá aproximá-los da qualidade de vida: *[...] Se eu pudesse, só comia panqueca e lasanha, mas as condições não dá, aí faz só uma vez no mês. A gente se sente muito triste porque a situação aqui é precária e a gente queria que melhorasse, mas a cada dia a gente vai batalhando pra que se tornem dias melhores pra gente [...] (C.A.).*

As queixas dos agricultores pela falta de poder aquisitivo para comprar a carne foi constante: [...] *o pobre não tá podendo comer carne, aí vai levando com ovo, mortadela, sardinha. É difícil, né. Não é bom a pessoa querer comer alguma coisa e não ter condição [...]* (M.N.). A população de baixa renda tende a comer menos carne, por este alimento possuir um custo mais elevado em comparação aos outros gêneros alimentícios. Reinhardt (2000) afirma que a carne representa *status* social e força e que a falta de carne na residência do trabalhador leva este a pensar que fracassou em seu trabalho e como chefe da casa.

O alto consumo de alimentos hipercalóricos, hiperlipídicos e hipoprotéicos presentes na mesa destas famílias podem causar uma série de doenças, como as já existentes: hipertensão arterial, desnutrição, entre outras. Este é um fator determinante na questão da insegurança alimentar, como cita Dombek (2006), que uma alimentação inadequada juntamente com o aumento no consumo de produtos com alto teor energético vem tornando-se um problema para a saúde pública, desencadeando Sobrepeso, Obesidade e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT).

A criação de animais nos quintais do acampamento são em grande maioria galinhas, capotes e patos. As criações de porcos são mais afastadas devido ao odor destes, também criam vacas e bois, carneiros, ovelhas, etc.



Imagem 9. Criação de caprinos e ovinos.



Imagem 10. Criação de bovinos.



Imagem 11. Criação de galinhas.



Imagem 12. Criação de capotes.

5.2 QUANDO, ONDE, COM QUEM COMEM?

Culturalmente, Contreras (2011) afirma que comer não é apenas um ato biológico, mas sim um fenômeno sócio-cultural regido por condutas e escolhas transitórias. Poulain (2003) disserta sobre um conjunto de rituais que envolvem o ato de alimentar-se, como a caracterização da refeição, a localização em que esta é efetuada, além da quantidade de refeições realizadas e seus horários. As famílias acampadas geralmente não possuem ambiente fixo para alimentar-se, nem número ideal de refeições (muitas vezes alcançando o número de apenas duas refeições), porém estipulam um horário definido para realizá-las.

No que concerne ao preparativo dos alimentos, foi visto que as esposas eram as responsáveis por essa tarefa – cozinhando no fogão a gás ou a lenha – optando, na maioria das vezes, por alimentos mais temperados e ricos em gordura: [...] *frito o alho pra fazer o arroz refogado, o feijão eu boto um pedaço de tocinho dentro [...] (J.M.); [...] Faço arroz, macarrão, feijão, torro a carne, às vezes, cozinho, gosto muito de sopa, rubação, tocinho, mocotó de porco [...] (M.S.); [...] fritar eu frito a carne, quando é pra cozinhar, eu cozinho costela [...] (L.S.); [...] Eu coloco tudo, alho, cominho, tomate, cebola, essas coisas assim [...] (F.K.).*

Existe uma divisão implícita das tarefas que é estabelecida pelo chefe da família. Filhos e esposas não possuem autoridade suficiente para contestá-la e a família é o elemento principal na gestão e produção do trabalho agrícola. Portanto, seguem estas divisões simbólicas de gênero. A mulher, apesar de não ter seu trabalho reconhecido dentro desta simbologia, desempenha papel extremamente importante na unidade de produção familiar, pois esta ocupa funções tanto no âmbito das atividades ligadas ao cuidado da família - alimentação, educação, saúde -, como ao cuidado na produção - horta e atenção ao quintal, ordenha e manuseio de pequenos animais (BURG; LOVATO, 2007).



Imagem 13. Agricultora preparando carne frita no óleo.



Imagem 14. Fogão improvisado à lenha.



Imagem 15. Agricultora preparando frango.

Boa parte das famílias costumam reunir-se para, juntas, realizarem as refeições, mas sem local definido: [...] *a gente come na sala, na mesa [...] (J.R.); [...] Na mesa, no sofá, a gente se reúne [...] (G.A.); [...] A gente janta na sala, ou assistindo televisão [...] (M.S.); [...] A gente come em qualquer canto, sentado aqui fora, lá dentro, sempre comemos junto [...] (M.L.)*. As famílias que possuíam mesa, reuniam-se à mesa para comer, seja esta na cozinha, ou em outro ambiente, como a sala de estar e, sempre com horário estabelecido: [...] *Eu fui acostumado a comer na hora certinha, 11h30min tá pronto [...] (J.R.); [...] Tem o horário certo sim. O café da manhã é sempre às 8h, 7h30min; o almoço de 11h e a janta, umas 18h [...] (L.S.)*. Rossi (2008) fala que as refeições realizadas em família são importantes na promoção de uma alimentação saudável e que cria-se um ambiente mais agradável entre os familiares.



Imagem 16. Cozinha onde família costuma se reunir para realizar as refeições



Imagem 17. Cozinha improvisada de uma família acampada.

No ano da pesquisa, as comemorações relativas às festas juninas não ocorreram em grande parte das famílias, devido ao falecimento de uma das coordenadoras do acampamento. Todavia, relatou-se que esse é um dos festejos mais perenes do grupo. Ramos (2007), em sua dissertação sobre as práticas alimentares de agricultores de Maquine – RS, relata que conhecendo como são realizadas as festas de uma comunidade, sua organização, espaço, alimentos e comidas oferecidas, além do público que participa, demonstram-se aspectos relacionados a sua agricultura e cultura. Os festejos juninos estão diretamente ligados ao início da colheita do milho. Daí, a forte presença deste alimento nestas comemorações e também no acampamento, já que é um dos alimentos mais cultivados por estas famílias e de fácil acesso (LUCENA FILHO, 2009).

Também questionou-se sobre alimentos que faziam parte das diversas datas especiais e outras datas comemorativas das famílias e percebeu-se que não há muita diferença quando comparadas aos costumes urbanos. [...] *A gente faz bolo, outra comida diferente: lasanha, macarronada [...] (M.R.); [...] em festa eu asso um frango, um pernil [...] (J.M.); [...] No São João a gente come comida que tem milho, bolo de fubá canjica... Eu não gosto de comer peru no Natal, mas a gente faz uma ceia diferente. Eu asso frango, faço farofa, um pavê, um bolo [...] (F.M.); [...] eu faço mugunzá, galinha de capoeira, baião, salada de batata com maionese.*

São João é difícil, mas São Pedro e Natal eu sempre faço, junto a família todinha e faz churrasco [...] (M.S.); [...] nós mata um porco, aí faz assado, linguiça, frango [...] (M.S.); [...] Feriado a gente gosta de se reunir na casa do meu pai, a gente faz salpicão, churrasco, uma farofa [...] (R.S.).

Algumas famílias afirmaram não realizar nenhuma refeição diferente: *[...] Não tem data comemorativa aqui não, é só trabalhando direto, todo dia é a mesma coisa [...] (A.M.); [...] Eu não gosto de fazer nada em tempo de festa não [...] (F.K.); [...] Não faço refeição diferente. Às vezes quando o pessoal faz, eu como, mas aqui dentro de casa não tem não [...] (C.C.).*

Grande parcela ou, quase todas as famílias, não possuem renda fixa. Algumas famílias são titulares de direito do Programa Bolsa Família e alguns trabalham com bicos como ajudantes de pedreiro. Porém, o que recebem não é suficiente para cobrir todas as despesas da casa. A partir disto, foi questionado se os alimentos cultivados geravam algum lucro para as famílias e viu-se que a maioria do plantio subsidiava apenas o autoconsumo. Poucas famílias vendiam o excedente da roça. Na verdade, apenas as famílias que possuíam criação de animais tinham algum rendimento: *[...] Só pra casa mesmo, porque os invernos são fracos [...] (M.F.); [...] Não, só pro consumo. Esse ano mesmo, não tirou nada [...] (M.N.); [...] Por hora, não. Eu compro fruta pra revender; o que eu planto aqui é muito pouco [...] (M.L.); [...] Não, só prejuízo. Ainda não tive lucro de nada. A gente espera que sejam irrigadas as terras pra cultura, aí possa ser que a gente tenha algum lucro, mas até aqui... A não ser porque eu crio gado, aí um lucrozinho eu tiro disso aí [...] (A.M.); [...] O que eu lucrei até agora foi da criação de porco. A gente não tem ganho certo, a vendinha ajuda, mas o que lucra mesmo são os porcos [...] (F.M.); [...] Se fosse um inverno bom, teria. Só tira o pra comer e mal [...] (J.M.); [...] Agora mesmo é pouco, porque o que a gente planta só dá pra comer mesmo. As plantas no quintal só dão pro consumo mesmo, não dá pra vender [...] (M.R.); [...] Antônio nunca vende não. O legume de Antônio é pra consumir aqui mesmo. O milho mesmo deu 16 sacos, mas é pra consumir aqui mesmo,*

pra dar pros bichos, as vacas. A gente não vende não. Só quando cada um tiver seu lote [...] (M.R.).

A renda é fator determinante na garantia da segurança alimentar por proporcionar a aquisição dos alimentos necessários à manutenção da SAN. Assim sendo, a população de baixa renda está vulnerável à fome. Além disso, as políticas de incentivo à agricultura (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Bolsa Família, Bancos de Sementes Comunitários, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2, Garantia-Safra, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, entre outros), nem sempre oferecem resultados concretos que contribuam para a mudança de contexto destas famílias (MOTTA, et. al., 2004).



Imagem 18. Acerolas cultivadas no quintal para autoconsumo.



Imagem 19. Maracujá cultivado para autoconsumo.



Imagem 20. Pequena horta de coentro e cebolinha para autoconsumo.



Imagem 21. Barraca de uma família, ao lado da BR 230, destinada a venda de seus produtos (coco, cana de açúcar, banana, melancia).

5.3 O QUE OS CAMPONESES PENSAM DO QUE COMEM?

De acordo com os princípios da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2012), uma alimentação saudável deve ser aquela que garante o acesso permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes sem comprometer sua diversidade cultural. Uma alimentação saudável também deve ser variada, colorida, moderada, equilibrada, segura e prazerosa (BRASIL, 2006). O que não acontece com os agricultores acampados, já que não possuem sequer a garantia da produção necessária para o autoconsumo e sustento de suas famílias.

Tratando-se das concepções sobre alimentação, muitos camponeses associaram sua alimentação como saudável, como uma “coisa boa”. Constam, neste grupo de saudáveis, os alimentos que costumam consumir diariamente (arroz, feijão, cuscuz), além de frutas e verduras livres de agrotóxicos. Todavia, colocam a quantidade de alimentos a que tem acesso como um fator limitante de uma dieta saudável.

Compreendem que, no seu caso, a renda é fator limitante na garantia dessa alimentação saudável, como seguem nas entrevistas: [...] *Alimentação é coisa boa, a gente não tem muita condição de ter uma alimentação boa não, de jeito nenhum [...] (M.R.); [...] Alimentação saudável é aquela que não tem veneno, que deixa a pessoa forte: feijão, milho, arroz [...] (M.R.); [...] A alimentação saudável, eu acho que é essas coisas que a gente vem comendo na diária, o arroz, o macarrão, o feijão, a carne, o frango, mas isso a gente não tem diariamente também não, que ninguém vai mentir. Se trabalhar, bem, se não trabalhar come só o arroz, o feijão com cuscuz, às vezes, nem arroz tem [...] (F.V.); [...] Alimentação saudável é poder botar tudo na mesa da gente, porque a gente não tem condição de botar tudo que a gente quer na mesa, é difícil [...] (D.F.).*

Os depoimentos demonstram que os camponeses entendem o que é uma alimentação saudável, mas devido ao meio de vida que levam no acampamento (moradias precárias, escassez de água, baixo acesso a alimentos de qualidade, clima desfavorável, demora do arredamento da terra – fatores que não cabem somente a estes solucionar), muitas famílias

não são capazes de obter essa alimentação. Entende-se, portanto, que o problema de uma alimentação inadequada no ponto de vista da SAN não reside da desinformação destes camponeses, mas na questão do acesso. Sabe-se que a prática alimentar é um agente importante na prevenção e tratamento de doenças e, que sem uma alimentação saudável, a possibilidade da população ser acometida de doenças é mais provável. Além disso, o acesso, a oferta e a disponibilidade destes produtos são fatores determinantes na garantia de uma prática alimentar saudável (ROSSI, 2008).

5.4 SAN NO ACAMPAMENTO: UMA REFLEXÃO FINAL

Embora a desigualdade social tenha diminuído nos últimos tempos, auxiliando na melhoria de vida de muitas famílias de baixa renda – tanto na zona urbana, como na rural –, a insegurança alimentar ainda é um aspecto existente na realidade de diversos grupos (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

Compreende-se que a insegurança alimentar não limita-se apenas a falta de disponibilidade e acesso aos alimentos, mas sim, a um conjunto de fatores como: a renda familiar, o que é despendido na compra de alimentos, o consumo individual de cada membro da família, a utilização dos alimentos pelo organismo e a estabilidade de acesso aos recursos, que afeta estas condições citadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Os determinantes da Segurança Alimentar e Nutricional em níveis individuais e comunitários – como é o caso do acampamento –, em termos de disponibilidade, estão relacionados à produção para o autoconsumo, a proximidade aos supermercados e pontos de venda de alimentos e a produção local. Todos estes aspectos encontram-se comprometidos no acampamento pois, a produção para autoconsumo é mínima ou inexistente, os pontos de venda de alimentos próximos são bem mais caros do que os mais distantes – nos supermercados de Sousa – e, como a horta

comunitária não foi estabelecida ainda, não há produção local. As causas que estão diretamente ligadas à SAN, quanto ao acesso de alimentos, são: a renda familiar, participação em programas assistenciais, empregos e os preços dos alimentos. Tratando-se da renda, a maioria dos membros das famílias não possuem carteira assinada, por ser uma exigência do MST, tendo que sobreviver de bicos. Algumas famílias são titulares de direito de programas governamentais. A alta nos preços dos alimentos afeta justamente esta camada da população que não pode adquirir os produtos necessários para sua nutrição.

Para a utilização adequada dos alimentos pelo organismo é importante que estes indivíduos estejam saudáveis, tenham acesso à saneamento básico e água potável, além de acesso aos serviços de saúde. A doença mais prevalente no acampamento é a Hipertensão Arterial, mas também existem pessoas acometidas de Diabetes Mellitus, Amebíase, problemas cardiovasculares, entre outros. Os acampados não tem acesso ao saneamento básico, nem água potável. Não existe Unidade Básica de Saúde nas imediações do acampamento. Os serviços de Saúde mais próximos encontram-se há cerca de seis quilômetros, no Município de Sousa.

A estabilidade é elemento preocupante no que diz respeito aos acampados pois, estes, em sua maioria, não possuem empregos formais para sustentar suas famílias, dependendo também da variação climática para a produção agrícola. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, caracteriza os graus de insegurança alimentar que as famílias podem estar submetidas. A insegurança alimentar é leve quando existe uma preocupação (medo da instabilidade) quanto ao acesso dos alimentos no futuro e a qualidade destes é inadequada, visando o não comprometimento de sua quantidade. Descreve-se como insegurança alimentar moderada, a redução da quantidade de alimentos consumidos pelos adultos, resultante da falta de alimentos entre estes. Já a insegurança alimentar grave é definida como redução quantitativa de alimentos entre as crianças e abstenção destes alimentos por longo período, devido à falta de dinheiro para compra dos mesmos. A situação de insegurança alimentar no

acampamento é moderada, sendo reduzida a quantidade de alimentos consumidos pelos adultos em virtude do baixo poder aquisitivo para sua compra (CORREA, 2007).

A prevalência de Insegurança Alimentar moderada ou grave na zona rural é mais significativa do que na zona urbana. A reforma agrária é outro fator que contribui na construção da SAN para os agricultores. Com a redistribuição da propriedade fundiária, a população rural ganha espaço para estruturar sua vida e dedicar-se à terra pois, esta leva a geração de empregos, diminuição do êxodo rural, aumento da oferta de alimentos e renda, melhorando a qualidade de vida. O acesso à terra proporciona melhorias nas moradias das famílias, na educação de seus filhos, assegurando um direito, que na maioria dos casos, lhes havia sido tirado. As políticas de combate à fome são importantes, mas apresentam-se como compensatórias, enquanto a reforma agrária propõe a erradicação desta através da reformulação do sistema de divisão de terras, garantindo o fim da escassez destas para os agricultores (SOUZA-ESQUERDO, 2013). As famílias moradoras do Acampamento Emiliano Zapata vivem em precariedade na esperança de ter seu direito à terra assegurado e de produzir os alimentos necessários para o autoconsumo e sustento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, observou-se que as escolhas e práticas alimentares, de um grupo de indivíduos, estão submetidas ao meio em que estes estão inseridos e sua cultura.

Os alimentos mais consumidos pelos camponeses são aqueles provenientes da cesta básica (arroz, feijão, cuscuz, farinha), sendo apenas o feijão proveniente de cultivo local. As pequenas plantações de vegetais, como algumas frutas, legumes e verduras, não conseguem garantir uma alimentação variada. A agricultura é apenas de subsistência. Há grande participação de alimentos industrializados na dieta como, por exemplo, embutidos. As refeições acontecem em família, o cerne da gestão e produção agrícola, embora não haja um lugar disponível para o consumo na residência. O principal festejo ligado à alimentação e agricultura é o junino. Os camponeses têm uma boa compreensão do que seja alimentação saudável, todavia apontam a quantidade de alimentos a que tem acesso como um fator limitante em seu caso. Percebe-se aí um caso de violação do DHAA, sendo a insegurança alimentar e nutricional no acampamento considerada como moderada, de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. A demora na doação das terras, a falta de água, a baixa renda das famílias, a falta de acesso aos serviços básicos de saúde e aos programas governamentais estão entre os principais fatores limitantes da SAN.

A falta de incentivo à produção para o autoconsumo e a baixa diversidade de nutrientes ingeridos pelas famílias acampadas, além da precariedade em suas moradias, agravam a situação de insegurança alimentar sofrida por estes agricultores, ferindo assim a garantia do DHAA.

A negociação entre o governo, INCRA e MST para transferência do direito à terra aos agricultores deve ser realizada imediatamente. Propor acordo entre o órgão pertinente de distribuição de água (CAGEPA) e os coordenadores do acampamento é uma medida necessária para extinguir a escassez deste bem. Diminuindo, dessa maneira, a situação de insegurança alimentar vivida por estas famílias.

Projetos de incentivo à agricultura familiar despertariam o desejo já existente de cultivar para garantir o sustento e autoconsumo dos acampados. Além disso, é importante que os profissionais de saúde atentem para concretização de atividades promotoras de saúde e educação alimentar voltadas para este público, dentro do acampamento.

Esta pesquisa é apenas o início de uma discussão necessária para o despertar da situação de insegurança alimentar e nutricional em que estes agricultores encontram-se. Intervenções relacionadas ao estabelecimento da SAN, entre estas famílias, podem ser objeto de futuros estudos. Enquanto futura profissional da área de saúde, destaco a relevância da agricultura familiar na produção da alimentação – não só para o campo, mas também para a cidade – como ferramenta de construção da SAN.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Neiry Primo. Conduta alimentar e sociedade. **Medicina**, v. 39, n. 3. Ribeirão Preto - SP, 2006.

ANDRADES, T.; GANIMI, R. Revolução verde e apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Persona, 1977.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BELO, Miryam Terezinha Silva. **Alimento: Direito ou Mercadoria?**. Salvador – BA, 2009. Disponível em: <<http://ne3.caritas.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Cartilha-Alimento-Direito-ou-Mercadoria.pdf?4c7fcb>>. Acesso em: 21/05/2016.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional** - Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Brasília: DOU, 2006. Disponível em: <<http://www.abrandh.org.br/downloads/losanfinal15092006.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BURG, Ines Claudete; LOVATO, Paulo Emilio. **Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero**. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. Revista Brasileira de Agroecologia. Florianópolis – SC, v. 2, n. 1, fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/2224/2050>>. Acesso em 12/03/2016.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília – DF: ABRANDH, 2010.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos avançados, v. 15, n. 43. Rio de Janeiro, 2001.

CARNEIRO, Fernando Ferreira, et. al. **Saúde de famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e de bóias-frias, Brasil, 2005**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 757-763, ag., 2008.

CONSELHO Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. **Análise dos Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional**. 4^a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília – DF, 2014. Disponível em:< <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/analise-dos-indicadores-de-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf> >. Acesso em: 21/05/2016.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

CORREA, Ana Maria Segall. **Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas**. Estud. av., São Paulo, v. 21, n. 60, p. 143-154, ag., 2007 .

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos**. [Janeiro de 2009]. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>>. Acesso em: 12/03/2016.

DOMBEK, Luiz Antonio. **Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do pontal do paranapanema**. 2006. Dissertação

(Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2006.

FARACO JÚNIOR, Antônio Luiz Arquetti. **Os pais fundadores da etnografia:** Franz Boas e Bronislaw Malinowski. [S.l.], [20--?]. Disponível em:
<http://www.loveira.adv.br/material/antropologia/fundadores_da_etnografia.pdf>. Acesso em: 06/08/2014.

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho; DUARTE, Ana Maria Timbó. **Segurança Alimentar e Autoconsumo:** Uma Alternativa para a Melhoria da Qualidade de Vida das Famílias de um Assentamento Rural no Ceará. Universidade Federal do Ceará. [Fortaleza – CE], [2007?].

FISCHLER, C. **El (h)omnívoro:** el gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, 1995.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** São Paulo: Artmed Editora S. A., 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Melhorar a nutrição através das hortas familiares:** Módulo de formação técnicos de extensão agrícola em África. Roma, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico:** resultados preliminares. Rio de Janeiro – RJ, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário:** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
Pesquisa confirma que reforma agrária é instrumento de combate à pobreza. Ano I, n. 2. Brasília: INCRA, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A origem dos modos à mesa.** Tradução de Beatriz Perrone- Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2006. (Mitológicas, 3)

LOERA, N. A busca do território: uma aproximação à diversidade do seu significado entre os sem-terra. **Athenea Digital**, n. 5, 2004.

LUCENA FILHO, Severino Alves de. **O Maior São João do Mundo em Campina Grande - PB:** um evento gerador de discursos culturais. Cultura Midiática. Revista do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. [João Pessoa – PB], v. 2, n. 1, jan./jun. 2009.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Editora Abril, 1984.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como Prática e Experiência.** Horizontes Antropológicos. Porto Alegre – RS, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez., 2009.

MANIGLIA, Elisabete. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MARTELLI, Fabricio Heitor. **Saneamento básico e qualidade das águas –** Conceitos fundamentais, principais doenças disseminadas pela água. Principais indicadores biológicos da qualidade da água. [São Carlos – SP], [2013?]. Disponível em:
<http://saneamento.cnpdia.embrapa.br/downloads/Conceitos_fundamentais,_principais_doen%C3%A7as_disseminadas_-_Fabricio.pdf>. Acesso em: 13/12/2015.

MATTOS, C. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. UERJ. [Rio de Janeiro – RJ], 2001.

MATTOS, C.; CASTRO, PP. **Etnografia e educação**. Conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista Nera. Presidente Prudente – SP, ano 9, n. 8, jan/jun., 2006.

MONTEIRO, C.; LEVY-COSTA, R.; SICHIERI, R.; PONTES, N. **Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003)**. Rev Saúde Pública, v. 39, n. 4, pp. 530-40, 2005.

MOTTA, D.G. et. al. **Consumo Alimentar de Famílias de Baixa Renda no Município de Piracicaba/SP**. Saúde em Revista. Piracicaba – SP, v. 13, n. 6, p. 63-70, 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa História**. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702>>. Acesso em: 15/07/2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST Lutas e Conquistas**. Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2. ed., São Paulo – SP: 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Violência contra Sem Terra em Pernambuco é denunciada à ONU**. [Agrestina – PE], 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Violencia-contra-Sem-Terra-em-Pernambuco-e-denunciada-a-ONU>>. Acesso em: 06/08/2014.

PENN, G. Análise semiótica de imagens paradas. In: BAUER, Martin W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PLATÃO. **A República**. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. **O espaço social alimentar**: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. Revista de Nutrição, Campinas – SP, v. 16, n. 3, jul/set., 2003.

RAMOS, Mariana Oliveira. **A “comida da roça” ontem e hoje**: Um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquine (RS). 2007. 172p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

REINHARDT, Juliana Cristina. **História e alimentação**: uma nova perspectiva. Revista Vernáculo. [S.l.], n. 3, dez., 2000. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/vernaculo/article/view/18070>>. Acesso em: 18/12/2015.

ROSSI, A.; MOREIRA, E. A. M.; RAUEN, M. S. **Determinantes do comportamento alimentar**: uma revisão com enfoque na família. Revista de Nutrição. Campinas – SP, v. 21, n. 6, nov./dez., 2008.

SALAMI, Aline Maria. **Hábitos alimentares de agricultores familiares assentados de Abelardo Luz – SC**. 2009. 96 p. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias – CCA, Florianópolis.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia. **A Segurança Alimentar no Brasil**: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Campinas, v. 16, n. 2, p.1-19, 2009.

SILVA, E.; CEREDA, M. **Segurança alimentar, saúde, educação e lazer como fatores de base para desenvolvimento rural de um assentamento do**

Mato Grosso. Interações (Campo Grande). Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 275-284, dez., 2014.

SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro.** Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, dez., 2001.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. **Reforma Agrária, Qualidade de Vida e Segurança Alimentar e Nutricional.** Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICCA. Distrito Federal –DF, 2013. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Artigo-1.pdf>>. Acesso em: 04/04/2016.

TRICHES, R. **Reconectando a produção ao consumo:** a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PNAE. Trabalho de tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural., 2010. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VEIGA, J. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE*Esclarecimentos*

Este é um convite para você participar da pesquisa **Prática Alimentar de Camponeses Assentados em um Acampamento do MST no Município de Sousa/PB**, que tem como pesquisadora responsável Michelle Cristine Medeiros da Silva.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Esta pesquisa é sobre a prática alimentar realizada no acampamento do MST no Município de Sousa/PB. Sabendo que existem diversos aspectos que levam ao consumo de alimentos nos assentamentos e acampamentos, é importante a abordagem desse aspecto, pois assim os profissionais de saúde poderão atuar garantindo a segurança alimentar e nutricional. Um dos objetivos desta pesquisa é caracterizar as práticas alimentares dos agricultores assentados no acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de Sousa – PB. Caso decida aceitar o convite, você participará de entrevistas semi dirigidas, com a utilização de gravações de áudio e vídeo, além de fotografias necessárias na realização da pesquisa.

Os riscos envolvidos na sua participação são mínimos, como: sentir-se constrangido durante a entrevista por dificuldade para falar sobre o tema. Esses riscos serão minimizados pela pesquisadora, durante as entrevistas, através da moderação e encorajamento de comentários. Em casos de agravos, complicações e danos, decorrentes da pesquisa, o participante será assistido de maneira imediata e integral. Nos casos em que haja algum eventual dano o voluntário terá direito a indenização, ou seja, cobertura material para reparação. Não será exigido, do participante da pesquisa, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Caso o voluntário tenha alguma despesa ou custo comprovados por ter participado desta pesquisa, e venha a requerê-los, ele será devidamente ressarcido.

Você terá os seguintes benefícios ao participar da pesquisa: verificar a qualidade das refeições realizadas no acampamento, observar quais os alimentos mais cultivados e utilizados na geração de renda, quais são as formas adicionais de obtenção de alimentos, além de posteriormente a publicação desta, os profissionais de saúde possam criar estratégias para controlar a situação de insegurança alimentar.

Essa pesquisa cumpre as exigências contidas nos itens IV. 3 e IV. 4 da Resolução nº 466/12 – CONEP. Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Você ficará com uma via deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para pesquisadora Michelle Cristine Medeiros da Silva, Rua Dom José Tomaz, 1126, apt 2003, Tirol, Natal/RN, pelo telefone (84) 8742-3086 ou e-mail: medeiros.michelle@hotmail.com. Professora doutora da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/ Centro de Educação e Saúde, Unidade Acadêmica de Saúde, Olho D'água da Bica, s/n, Cuité, PB, 58175-000.

Dúvidas a respeito da ética dessa pesquisa poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário

Alcides Carneiro - HUAC, Universidade Federal de Campina Grande, Rua:
Dr. Carlos Chagas, s/n, São José, CEP 58.107-670, Campina Grande/PB.

Consentimento Livre e Esclarecido

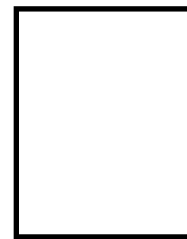
Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa **Prática Alimentar de Camponeses Assentados em um Acampamento do MST no Município de Sousa/PB**, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Sousa (PB), ____/____/____

Participante da pesquisa

Nome:

Assinatura:



Impressão datiloscópica do participante

Pesquisador responsável

Nome:

Michelle Cristine Medeiros da Silva

Assinatura:

Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro – HUAC Universidade Federal de Campina Grande, Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José, CEP 58.107-670, Campina Grande/PB, telefone: (83) 2101 5545

ANEXO B – Termo de Autorização para Gravação de Voz**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ**

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada Prática Alimentar de Camponeses Assentados em um Acampamento do MST no Município de Sousa/PB poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora Michelle Cristine Medeiros da Silva a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citada em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora coordenadora da pesquisa Michelle Cristine Medeiros da Silva, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Sousa, ____/____/____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

ANEXO C – Termo de Autorização para Uso de Imagens (fotos e vídeos)**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS (FOTOS E VÍDEOS)**

Eu, _____,
AUTORIZO a pesquisadora Michelle Cristine Medeiros da Silva, coordenadora da pesquisa intitulada: Prática Alimentar de Camponeses Assentados em um Acampamento do MST no Município de Sousa/PB a fixar, armazenar e exibir a minha imagem por meio de fotos e vídeos com o fim específico de inseri-la nas informações que serão geradas na pesquisa, aqui citada, e em outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais.

A presente autorização abrange, exclusivamente, o uso de minha imagem para os fins aqui estabelecidos e deverá sempre preservar o meu anonimato. Qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução deverá ser por mim autorizada.

A pesquisadora responsável Michelle Cristine Medeiros da Silva, assegurou-me que os dados serão armazenados em meio de armazenamento eletrônico (pen drive), sob sua responsabilidade, por 5 anos, e após esse período, serão destruídas.

Assegurou-me, também, que serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse de minhas imagens.

Sousa, ____/____/____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

APÊNDICE

APÊNDICE A – Tópico Guia

Tópico Guia

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

- Concepção sobre a prática alimentar no acampamento;
- Percepção acerca do cultivo dos gêneros alimentícios da família;
- Cuidado com a escolha alimentar do público alvo;
- Metodologia para o preparo dos alimentos;
- Organização do ambiente para realização do ato de comer;
- Período de tempo entre as refeições e situações especiais;
- Fonte de geração de renda que proporciona lucro;
- Atenção às demais maneiras de obtenção de alimentos;
- Problema na aquisição e consumo de algum gênero alimentício.

1. Que vem a sua mente, quando você pensa em alimentação saudável?
2. Você poderia me dizer quais alimentos são cultivados pela família?
3. Na sua opinião, como você descreveria as escolhas alimentares feitas pela família? Poderia me dizer algo mais sobre isso?
4. Na sua vivência diária, como relataria o preparativo dos alimentos?
5. Como sua família costuma realizar as refeições? Fale um pouco mais.
6. No seu ponto de vista, existe preocupação com relação ao horário das refeições? Conte-me mais sobre os momentos de refeições especiais.
7. Pensando em geração de renda, existem alimentos cultivados na roça que proporcionem lucro? Fale mais sobre isso.
8. Daquilo que você afirma ser alimentação da família, quais as outras maneiras de conseguir alimentos?
9. Como é visto pela família o consumo de certos gêneros alimentícios, de acordo com a renda? O que você pensa sobre isso?
10. Nós discutimos a respeito de várias questões acerca da prática alimentar no acampamento. Há algo mais que você queira dizer?